

INDICE

1. Introdução	2
1.1 Nota Prévia	2
2. Execução Global do Orçamento	3
2.1 Comparação entre o Orçamento Inicial, Final e o Orçamento Executado	3
2.2 Equilíbrio Orçamental Poupança Corrente.....	5
2.3 Fluxos de Caixa: Saldo Final da Gerência de 2013.....	5
3. Contas Extra-orçamentais	6
3.1 Conta de Operações de Tesouraria	6
3.2 Contas de Ordem	6
4 Processo Orçamental.....	7
4.1 Execução Orçamental da Receita	7
4.1.1 Receitas Correntes/Capital	7
4.1.2 Receita Virtual.....	8
4.1.3 – Transferências Obtidas	9
4.2 Execução Orçamental da Despesa.....	10
4.2.1 Enquadramento.....	10
4.2.2 Despesas Correntes.....	11
4.2.3 Despesas de Capital.....	12
4.2.4 Despesas Realizadas e Não Pagas	13
4.3 Análise das Grandes Opções do Plano	13
4.4 Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoios Concedidos pela Autarquia.....	14
4.4.1 Enquadramento.....	14
4.4.2 Transferências por classificação económica	14
4.5 Dívida do Município	15
4.5.1 Análise da Dívida Direta do Município	15
4.5.2 Endividamento Municipal	15
5. Desempenho Económico - Financeiro.....	17
5.1 Análise da Estrutura do Balanço	17
5.2 Análise da Demonstração de Resultados.....	20
5.2.1 Demonstração de Resultados:	20
5.2.2 Proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício	20

1. INTRODUÇÃO

1.1 Nota Prévia

No cumprimento do preceito legal, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao ano económico de 2013, para que seja apreciado pelo Órgão Deliberativo, correspondente à Conta Anual da Autarquia.

Este relatório tem, assim, por objetivos:

- a) Explicar os níveis de execução conseguidos, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira Municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e de tesouraria;
- b) Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
- c) Analisar a situação financeira da autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando, o balanço final de 2013 e a demonstração de resultados.

O Orçamento da Autarquia para 2013, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 84-A/2002 de 05-04

Assim, e nos termos do artigo 6º do POCAL, são apresentados como documento de Prestação de Contas:

- a) Mapa de Execução Orçamental da Despesa;
- b) Mapa de Execução Orçamental da Receita;
- c) Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimento;
- d) Mapa de execução Anual das Atividades Mais relevantes;
- e) Mapa de Fluxos de Caixa;
- f) Mapa de Operações de Tesouraria;
- g) Balanço do Ano de 2013;
- h) Demonstração de Resultados de 2013;
- i) Anexos às Demonstrações Financeiras;
- j) Relatório de Gestão.

Relativamente às condições em que se desenvolveu e executou o Orçamento de 2013, anota-se que, foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, reportada à Conta que agora se apresenta, como se executaram todas as receitas e despesas dentro do formalismo legal exigido, desenvolvendo-se o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, de acordo com as regras contabilistas fixadas nos diplomas legais.

Acresce referir que, embora a contabilidade de custos seja obrigatória para o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços, a mesma não foi implementada.

2. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

2.1 Comparação entre o Orçamento Inicial, Final e o Orçamento Executado

1 - A comparação entre o Orçamento Inicial, Final e executado, permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentados e da capacidade financeira da sua execução, em face do volume de receitas efetivamente arrecadadas.

Comparando os valores previstos no Orçamento Inicial e Final, com os montantes executados da Receita e Despesa, obtêm-se as variações em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da receita de 74,41% e uma taxa de execução de despesa de 75,81%.

Designação	Orçamento		Execução (c)	Desvio		Taxa de Execução
	Inicial (a)	Final (b)		(b)-(a)	(c)-(b)	
Receitas						
Correntes	8.490.546,00 €	8.490.546,00 €	8.143.029,54 €	- €	-347.516,46 €	95,91
Capital	4.487.898,00 €	4.487.898,00 €	1.348.337,61 €	- €	-3.139.560,39 €	30,04
S.Gerencia						
Out Receitas		636.500,00 €	639.714,64 €	636.500,00 €	3.214,64 €	100,51
Total.....	12.978.444,00 €	13.614.944,00 €	10.131.081,79 €	636.500,00 €	-3.483.862,21 €	74,41
Despesas						
Correntes	8.490.546,00 €	8.813.046,00 €	7.541.543,04 €	322.500,00 €	-1.271.502,96 €	85,57
Capital	4.487.898,00 €	4.801.898,00 €	2.779.301,59 €	314.000,00 €	-2.022.596,41 €	57,88
Total.....	12.978.444,00 €	13.614.944,00 €	10.320.844,63 €	636.500,00 €	-3.294.099,37 €	75,81

Estes rácios traduzem uma elevada capacidade de realização das atividades programadas, tanto mais que a taxa referente à realização das despesas é calculada com base nos compromissos efetivamente realizados.

O Orçamento Inicial da Receita para 2013 foi aprovado com uma previsão de receitas no montante de 12.978.444,00€.

2 - A receita liquidada totalizou 10.131.081,79€ e a Cobrada Liquida 10.033.470,84€.

Atendendo a que existia receita por cobrar, no início da gerência no valor de 101.021,10€ e houve anulação de receita no valor 2.957,95€ e reembolsos e restituições no valor de 96.783.14€, resultou desta situação receitas por cobrar no final do ano, no valor de 98.890.96€, sendo 73.420.41€ referente a receita proveniente de água, resíduos sólidos e trabalhos por conta de particulares, que foi liquidada durante o Ano de 2013 e irá ser cobrada durante o Ano de 2014, sendo 4.128,10€ referente a processos de Execuções Fiscais e a restante receita refere-se a receita debitada ao tesoureiro no valor de 21.342.45€.

3 - Principais fontes de Receita no Ano de 2013:

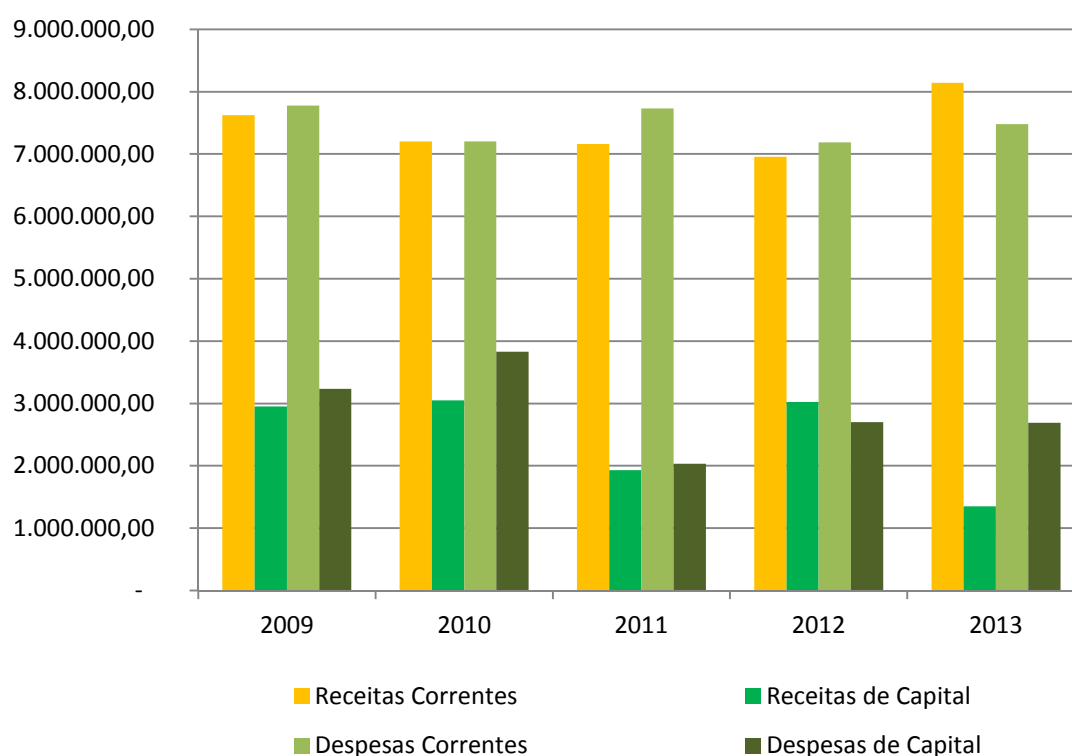
Descrição	Valores (€)	%
Receitas Provenientes do OGE	4.387.883,00	43,26
Comparticipações externas		
Comparticipações Comunitárias	559.331,45	5,53
Outras	306.450,76	3,03
Venda de Bens e Serviços	1.260.897,88	12,45
Impostos Directos		
- Imposto Municipal Imóveis	1.541.379,31	15,22
- Imposto Municipal Transmissões Onerosas	441.486,44	4,36
- Imposto Único Circulação	142.947,87	1,42
Venda de Bens de Investimento	10.062,90	0,10
Outras Receitas	5.289,09	0,06
Taxas, Multas e Outras Penalidades	159.718,93	1,58
Rendimentos de propriedade	612.220,29	6,05
Impostos Indirectos	62.871,42	0,62
Reposições não abatidas aos pagamentos	3.714,64	0,04
Saldo da Gerência anterior	636.000,00	6,28
Total	10.130.253,98	100,00

4 - O Orçamento da despesa foi aprovado pelo valor de 12.978.444,00€ encerrou com uma dotação final de 13.614.944,00€, dos quais foram comprometidos no exercício de 2013 o valor de 10.320.844,63€, realizados 10.180.591,92€ e pagos 9.960.823,28€.

Evolução das Receitas (Cobrada Liquidada) e Despesas (Faturadas)

(Unidade: Euros)

Ano	Receitas Correntes	Receitas de Capital	Despesas Correntes	Despesas de Capital
2008	7.604.602,19	5.276.921,42	7.538.616,50	6.676.549,40
2009	7.622.809,96	2.950.113,93	7.778.091,91	3.238.666,00
2010	7.202.851,49	3.048.395,52	7.683.621,29	3.828.665,26
2011	7.163.210,31	1.931.894,66	7.731.854,34	2.035.663,21
2012	6.954.683,83	3.022.325,52	7.184.811,21	2.700.085,61
2013	8.143.029,54	1.348.337,61	7.488.307,58	2.692.284,34

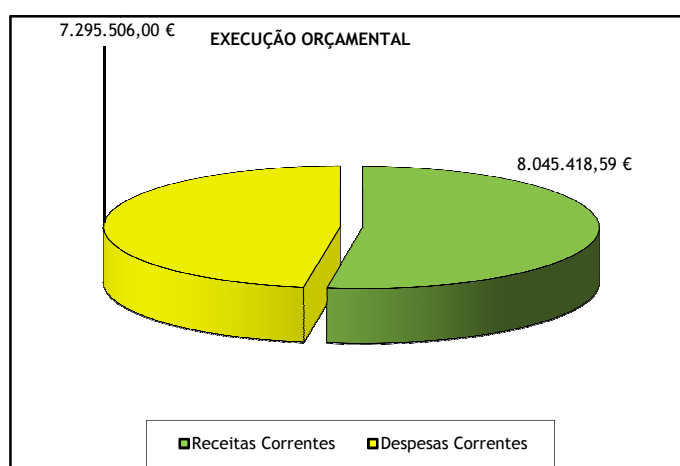


2.2 Equilíbrio Orçamental Poupança Corrente

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas, impondo uma mera igualdade contabilística. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa, por certos tipos de receitas, desobrigando desta forma, a que as receitas correntes sejam, pelo menos, iguais às despesas correntes.

Efetivamente em termos provisionais, apresentou-se para o ano económico de 2013 uma Receita Corrente de 13.614.944,00€, para uma Despesa Corrente de 13.614.944,00€.

No final do exercício verificou-se o mesmo equilíbrio orçamental, a execução da receita corrente Cobrada Líquida foi de 8.045.418,59€ e a despesa corrente Paga foi de 7.295.506,00€. Em termos de execução orçamental, foi possível realizar uma Poupança Corrente de 749.912,59€ a qual se destinou ao pagamento de despesas de capital.



2.3 Fluxos de Caixa: Saldo Final da Gerência de 2013

Os mapas de fluxos de caixa discriminam as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer de execução orçamental quer de operações de tesouraria.

A análise dos Fluxos de Caixa permitirá confirmar o Saldo Final da Gerência de 2013, o qual totaliza 361.946,39€, sendo 169.738,40€ referente à execução do Orçamento e 192.207,99€ referente às Operações de Tesouraria.

Descrição	Valor (€)	
	Parcial	Total
Saldo da Gerência Anterior		
- Execução Orçamental	636.307,70	
- Operações Tesouraria	218.092,00	854.399,70
Entradas		
- Receitas Orçamentais	9.490.539,34	
- Operações Tesouraria	695.053,71	
- Receitas Outras	3.714,64	10.189.307,69
Saídas		
- Despesas Orçamentais	9.960.823,28	
- Operações Tesouraria	720.937,72	10.681.761,00
Saldo para a gerência seguinte		
- Execução Orçamental	169.738,40	
- Operações Tesouraria	192.207,99	361.946,39

3. CONTAS EXTRA-ORÇAMENTAIS

3.1 Conta de Operações de Tesouraria

Os movimentos de entradas de Operações de Tesouraria totalizaram 695.053,71€ e os movimentos de saída somaram 720.937,72€. Tendo como saldo transitado de 2012 a importância de 218.092,00€, resultando num saldo final de Operações de Tesouraria de 192.207,99€.

No quadro seguinte apresentam-se estas movimentações discriminadas por destinatários, com a inclusão do saldo da gerência anterior e obtenção dos respetivos saldos para a gerência seguinte:

(unidade: Euros)

Descrição	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final	%
Cobranças p/ o Estado e Outros Entes Públicos	35.836,53	607.747,22	610.131,10	33.452,65	17,41
Cobranças para outras entidades	6.036,23	66.795,52	67.071,21	5.760,54	3,00
Cauções e depósitos de garantia	176.219,24	20.510,97	43.735,41	152.994,80	79,59
Total.....	218.092,00	695.053,71	720.937,72	192.207,99	100,00

Da análise do Quadro anterior, verifica-se que em relação à composição do Saldo Final de Operações de Tesouraria, 79,59% refere-se a valores relativos a “Cauções e Depósitos de Garantia” (em numerário) essencialmente constituídos por depósitos de garantia tuteladas pelos credores de obras e fornecimentos executados por ordem do município, relativamente aos quais ainda não se procedeu ao fecho de contas ou não decorreu o período de garantia dos bens e serviços fornecidos.

Constata-se ainda, que o volume de saídas registadas na Conta de Operações de Tesouraria, foram superiores em 25.884,01€ ao total dos movimentos de entradas, constituindo-se, com o Saldo Inicial de 218.092,00€, um Saldo Final de 192.207,99€.

Da apreciação do Mapa 7.6 do POCAL, constata-se que foram cumpridos os dispositivos legais que se enquadram a gestão das Contas de Operações de Tesouraria, tendo sido as correspondentes operações devidamente desagregadas e sempre documentadas por guia de recebimento e ordem de pagamento.

As Operações de Tesouraria foram desenvolvidas e movimentadas em contas correntes por entidade e natureza.

3.2 Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem alterações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

O montante de garantias e cauções recebidas em 2013, foi de 40.275,20€, o montante de garantias devolvidas de 454.346,50. Tendo o saldo inicial totalizado 1.815.154,25€ e o saldo final de garantias e cauções apresentado por terceiros é de 1.401.082,95€.

O valor dos recibos para cobrança recebidos em 2013 foi de 1.142.542,18€, tendo um saldo inicial de 101.021,10€ e um saldo final de 98.890,96€, sendo Cobrada Receita Virtual no valor de 1.086.508,59€, e anulada receita virtual no valor 58.163,73€ conforme se demonstra no mapa de Prestação de Contas 8.2.26 - Contas de Ordem.

4 PROCESSO ORÇAMENTAL

4.1 Execução Orçamental da Receita

No presente capítulo é feita a análise do desempenho da receita ao nível da previsão, cobrança e contabilização, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental, o desenrolar da execução do orçamento, a comparação entre o orçamento inicial e final e eventuais desvios existentes, o grau de execução alcançado, e a evolução registada ao nível da receita efetiva.

Atenta a sua expressão financeira, no conjunto das receitas do município, merecerão especial destaque as Receitas Fiscais, as Transferências e os Passivos Financeiros, muito embora seja devidamente considerado qualquer recurso obtido durante o período financeiro a que se reporta o presente Relatório e mediante o qual, o Município pode satisfazer as despesas decorrentes das suas atribuições.

4.1.1 Receitas Correntes/Capital

A estrutura e execução da receita corrente encontra-se representada no quadro seguinte, onde se pode verificar que a sua origem foi na maioria proveniente das Transferências (38,65%), onde se inclui as do OGE, logo seguida dos Impostos Diretos (20,98%) e da Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes (12,45%).

A Execução da receita corrente teve uma taxa de execução de (95,91%), devendo-se essencialmente ao rigor na elaboração do orçamento das receitas correntes, conforme determinam as regras provisionais do POAL, demonstrando assim um decrescimento das receitas fiscais da autarquia, essencialmente a receita proveniente dos Impostos Diretos, nomeadamente a do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

O núcleo essencial da Receita de Capital é constituído por, Transferências (13,21%).

Quanto a execução das receitas de capital ficou aquém do previsto, tendo uma taxa de execução de (38,80%), devendo-se essencialmente ao facto de terem sido recebidas menos transferências do que se previa, sobretudo ao nível de transferências de fundos comunitários. Previa-se igualmente realizar mais receita com a Venda de Bens de Investimento.

RECEITAS	ORÇAMENTO FINAL	%	RECEITA LIQUIDADADA	%	DESVIO	TAXA DE EXECUÇÃO
Correntes						
01- Impostos directos	1993.520,00	14,64	2.125.813,62	20,98	132.293,62	106,64
02- Impostos indirectos	53.610,00	0,39	62.904,82	0,62	9.294,82	117,34
04- Taxas, multas e outras penalidades	139.650,00	1,03	159.782,22	1,58	20.132,22	114,42
05- Rendimentos da propriedade	644.800,00	4,74	612.220,29	6,04	-32.579,71	94,95
06- Transferências correntes	4.284.536,00	31,47	3.915.578,00	38,65	-368.958,00	91,39
07- Venda de bens e serviços correntes	1.287.920,00	9,46	1.261.441,50	12,45	-26.478,50	97,94
08- Outras receitas correntes	86.510,00	0,64	5.289,09	0,05	-81.220,91	6,11
Sub-total.....	8.490.546,00	62,36	8.143.029,54	80,38	-347.516,46	95,91
Capital						
09- Venda de bens de investimento	3.072.811,00	22,57	1.062,90	0,10	-3.062.748,10	0,33
10- Transferências de capital	1415.087,00	10,39	1.338.274,71	13,21	-76.812,29	94,57
15- Reposições não abatidas nos pagamentos	500,00	0,00	3.714,64	0,04	3.214,64	742,93
16- Saldo da Gestão anterior	636.000,00	4,67	636.000,00	6,28	0,00	100,00
Sub-total.....	5.124.398,00	37,64	1.988.052,25	19,62	-3.136.345,75	38,80
Total.....	13.614.944,00	100,00	10.131.081,79	100,00	-3.483.862,21	74,41

4.1.2 Receita Virtual

Atendendo a que esta Autarquia optou pela virtualização das receitas o valor dos documentos à guarda do Tesoureiro é de 21.342,45€, sendo o valor mais relevante o de 16.079,85€ referente a receita proveniente de água.

Os movimentos da receita virtual mostram que houve débitos ao tesoureiro no valor de 7.428,96€, foi cobrada a importância de 12.575,35€, anulada receita no valor de 8,89€ existindo um saldo inicial de 26.497,73€, verificando-se assim que ficou por cobrar a importância de 21.342,45€.

Receita	Gerência Anterior	Debitada	Receita Virtual Cobrada	Receita Virtual Anulada/Reembolsada	Saldo
Saneamento (Empresas)	12,33	52,29	55,45		9,17
Saneamento (Particulares)	53,31	232,95	264,44	1,59	20,23
Água	19.977,96	4.252,64	8.146,74	4,01	16.079,85
Trabalhos por Conta Particulares	2.708,73	745,39	1.231,68		2.222,44
Rendas - Habitação e Outros Edifícios	816,91	90,52	90,52		816,91
Resíduos Sólidos	2.928,49	2.055,17	2.786,52	3,29	2.193,85
Total	26.497,73	7.428,96	12.575,35	8,89	21.342,45

4.1.3 - Transferências Obtidas

As transferências representam a fonte privilegiada de financiamento da autarquia, sendo de realçar as receitas do OGE (83,52%).

Transferências	Valor	%
FEF/FSM/IRS		
Correntes	3.552.296,00	67,61
Capital	835.587,00	15,90
Sub. Total	4.387.883,00	83,52
Outros Contratos/Programas/Protocolos		
Capital		
PO Regional do Algarve-Estrada Aljezur Marmeleiro	92.179,28	1,75
Eficiência Energética na Iluminação Pública	27.326,00	0,52
Apetreçamento Tecnológico das EB 1 do Algarve	4.365,27	0,09
CRM-Gestão de Relacionamento com Municípios	176.695,16	3,36
Ampliação da Escola EBI/JI de Aljezur	199.002,00	3,78
Aquisição Coletes Pescadores	3.120,00	0,06
Sub. Total	502.687,71	9,57
Outros Contratos/Programas/Protocolos		
Correntes		
OGE - Transportes Escolares	16.351,00	0,32
Acordo de Colaboração	141.877,02	2,70
Recenseamento Eleitoral	196,66	0,01
Instituto de Emprego Formação Profissional	85.138,15	1,61
Patrocínios Eventos (Entidades Privadas)	11.860,79	0,23
Comissão Proteção Crianças e Jovens	12.828,58	0,25
Município de Odemira	26.366,82	0,51
Projeto "Defesa da Floresta contra Incêndios" PRODER	56.643,74	1,08
Regularização Património Assembleia Distrital de Faro	8.831,74	0,16
Protocolo - Centro Saúde de Aljezur - Médicos Cubanos	3.000,00	0,06
Sub. Total	363.094,50	6,92
TOTAL	5.253.665,21	100,00

4.2 Execução Orçamental da Despesa

4.2.1 Enquadramento

Neste ponto, efetuar-se-á a análise da despesa. Assim, depois de uma breve referência aos valores orçamentados e da sua comparação com os valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios, será dado destaque às despesas afetas às Grandes Opções do Plano e em especial às executadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, com o objetivo de se avaliar a sua execução e do alcance dos objetivos previstos naquele documento.

DESPESAS	Orçamento Final	%	Pago	%	Desvio	Taxa de Execução
Correntes						
01 - Despesas com o pessoal	3.330.650,00	37,79	3.167.553,91	43,42	-163.096,09	95,10
02 - Aquisição de bens e serviços	3.950.146,00	44,82	2.849.884,89	39,06	-1.100.261,11	72,15
03 - Juros e outros encargos	63.700,00	0,72	58.219,83	0,80	-5.480,17	91,40
04 - Transferências correntes	1.188.000,00	13,48	1.012.243,91	13,87	-175.756,09	85,21
05 - Subsídios	152.810,00	1,73	87.553,13	1,20	-65.256,87	57,30
06 - Outras despesas correntes	127.740,00	1,45	120.050,33	1,65	-7.689,67	93,98
Total.....	8.813.046,00	100,00	7.295.506,00	100,00	-1.517.540,00	82,78
Capital						
07 - Aquisição de bens de capital	3.309.200,00	68,91	1.846.608,17	69,28	-1.462.591,83	55,80
08 - Transferências de capital	535.610,00	11,15	366.760,08	13,76	-168.849,92	68,48
09 - Activos financeiros	503.588,00	10,49		0,00	-503.588,00	0,00
10 - Passivos financeiros	453.500,00	9,44	451.949,03	16,96	-1.550,97	99,66
Total.....	4.801.898,00	100,00	2.665.317,28	100,00	-2.136.580,72 €	55,51

Comparando a estrutura do orçamento final com a sua efetiva realização ou seja, aquela que foi paga, constata-se que houve uma taxa de execução no tocante às despesas correntes de 82,78%, quanto às de capital ficaram-se por uma taxa de 55,51%.

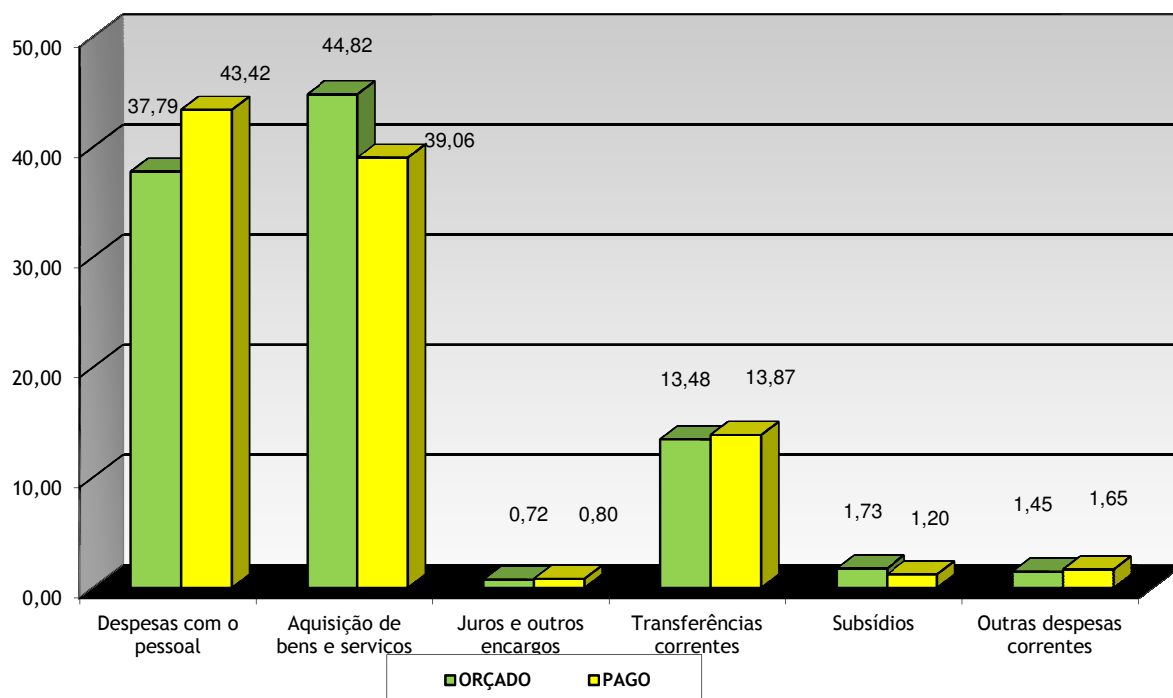
O quadro seguinte além de mostrar, por rubricas económicas, quais os valores em dívida transitados para 2014, ou seja, quais os montantes relativos a despesas faturadas por pagar, mostra também, os montantes de encargos comprometidos no ano económico 2013 nos termos das respetivas contratualidades e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente. Esse valor cifrou-se em 140.252,71€ os quais transitaram para o exercício de 2014. Verifica-se ainda, que a dívida a fornecedores se situou em 219.768,64€.

DESPESAS	Orçada (1)	%	Comprometido (2)	%	Realizado (3)	%	Pago (4)	%	Realizada e não Paga (5)=(3)-(4)	Comprometida por realizar (6)=(2)-(3)
Correntes										
01 - Despesas com o pessoal	3.330.650,00	24,46	3.171.348,56	30,73	3.169.555,16	31,13	3.167.553,91	31,80	2.001,25	1.793,40
02 - Aquisição de bens e serviços	3.950.146,00	29,01	3.043.962,10	29,49	3.010.061,81	29,57	2.849.884,89	28,61	160.176,92	33.900,29
03 - Juros e outros encargos	63.700,00	0,47	58.219,83	0,56	58.219,83	98,371,84	58.219,83	0,58	0,00	0,00
04 - Transferências correntes	1.188.000,00	8,73	1.058.176,25	10,25	1.042.026,22	10,24	1.012.243,91	10,16	29.782,31	16.150,03
05 - Subsídios	152.810,00	1,12	89.785,97	0,87	88.394,23	0,87	87.553,13	0,88	841,10	1.391,74
06 - Outras despesas correntes	127.740,00	0,94	120.050,33	1,16	120.050,33	1,18	120.050,33	1,21	0,00	0,00
Sub-total.....	8.813.046,00	64,73	7.541.543,04	73,07	7.488.307,58	73,55	7.295.506,00	73,24	192.801,58	53.235,46
Capital										
07 - Aquisição de bens de capital	3.309.200,00	1,12	1.959.964,32	0,87	1.873.269,58	18,40	1.846.608,17	18,54	26.661,41	86.694,74
08 - Transferências de capital	535.610,00	3,93	367.388,24	3,56	367.065,73	3,61	366.760,08	3,68	305,65	322,51
09 - Activos financeiros	503.588,00	3,70		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	453.500,00	3,33	451.949,03	4,38	451.949,03	4,44	451.949,03	4,54	0,00	0,00
Sub-total.....	4.801.898,00	35,27	2.779.301,59	26,93	2.692.284,34	26,45	2.665.317,28	26,76	26.967,06	87.017,25
Total.....	13.614.944,00	100,00	10.320.844,63	100,00	10.180.591,92	100,00	9.960.823,28	100,00	219.768,64	140.252,71

4.2.2 Despesas Correntes

O gráfico a seguir evidência a estrutura e a execução das Despesas Correntes, realçando a importância das despesas com o Pessoal, as quais representam 43,42% do total das despesas Correntes, seguindo-se as Aquisições de Bens e Serviços que representam 39,06% e as Transferências correntes que cifram-se em 13,87% das Despesas Correntes.

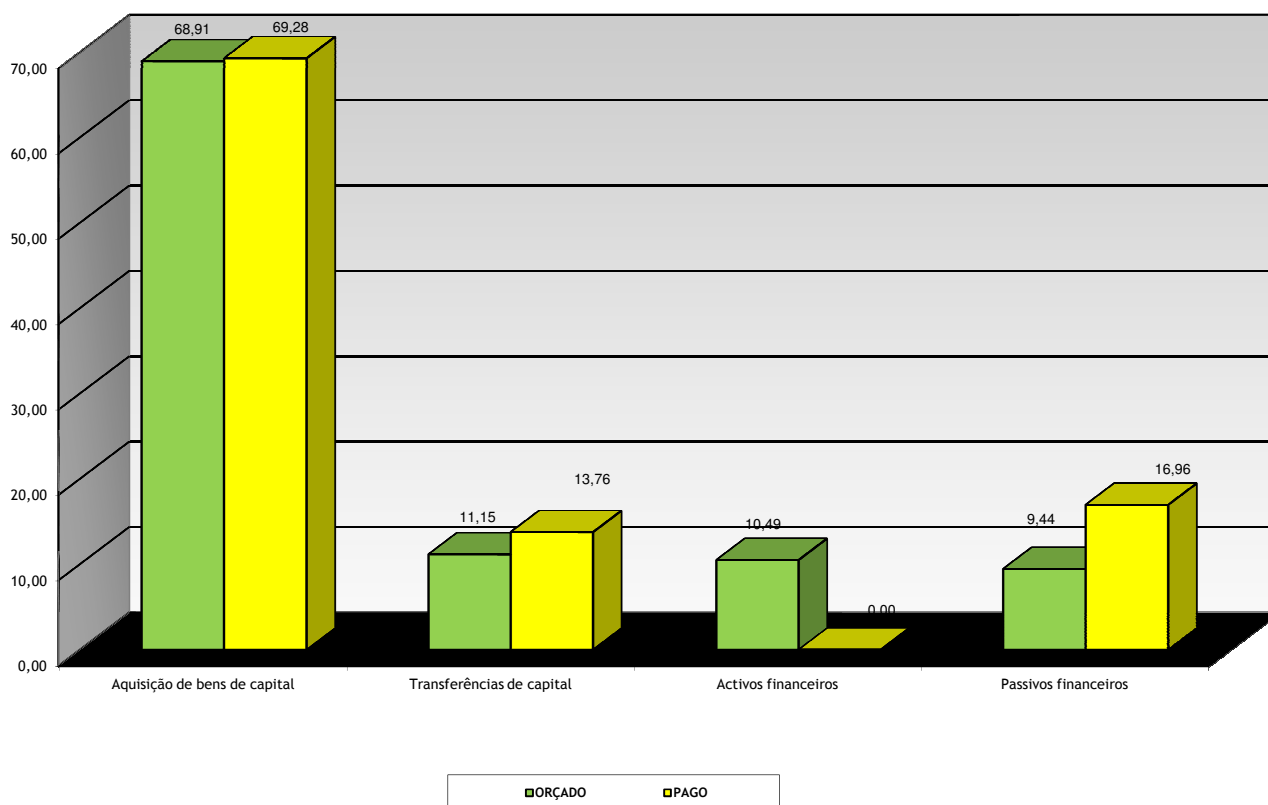
Quanto às restantes rubricas, os Encargos Correntes da Dívida, valor dos juros e outras despesas correntes correspondem a 3,65% da despesa Corrente em 2013. O modelo 8.3.6 - Mapa dos Empréstimos da Prestação de Contas apresenta discriminadamente estes encargos por natureza e finalidade. No ano económico em análise totalizaram 57.313,13€.



4.2.3 Despesas de Capital

As despesas de capital contabilizadas como pagas, na conta do Município, totalizaram 2.665.317,28€.

Durante o exercício de 2013 foram realizados Aquisições de Bens de Capital no valor de 2.692.284,34€, dos quais foram pagos 2.665.317,28€.



Pela análise do mapa das Aquisições de capital a seguir apresentado, são os Bens do Domínio Público que ocupam um lugar de destaque, representando 32,65% do total das Aquisições de Bens de Capital, seguido dos Investimentos em Edifícios 19,58% e da Maquinaria e equipamentos 18,97%.

Designação	Dotação actual	%	Executado	%	Desvio	Taxa de Execução
Terrenos	187.750,00	5,67	67.152,50	3,58	120.597,50	35,77
Habitações	23.000,00	0,70	12.718,20	0,68	10.281,80	55,30
Edifícios	569.100,00	17,20	366.817,59	19,58	202.282,41	64,46
Construções diversas	355.000,00	10,73	112.736,25	6,02	242.263,75	31,76
Maquinaria e Equipamento	536.700,00	16,22	355.404,84	18,97	181.295,16	66,22
Material de Transporte	516.250,00	15,60	317.187,51	16,93	199.062,49	61,44
Outros investimentos	39.900,00	1,21	6.266,85	0,33	33.633,15	15,71
Locação Financeira	26.500,00	0,80	23.417,56	1,25	3.082,44	88,37
Bens de Domínio Público	1.055.000,00	31,88	611.568,28	32,65	443.431,72	57,97
Total.....	3.309.200,00	100,00	1.873.269,58	100,00	1.435.930,42	56,61

4.2.4 Despesas Realizadas e Não Pagas

A leitura atenta dos montantes da despesa evidenciada no Mapa 7.3.1 - Controlo Orçamental da Despesa, que constitui parte integrante da Prestação de Contas, permite inferir o nível de execução orçamental da Despesa, na ordem dos 73,16% quando se compara a despesa orçada com a despesa paga. Contudo, comparando o total da despesa realizada (despesa faturada) com a despesa orçada, verifica-se que as dotações orçamentais foram utilizadas numa percentagem de 74,78%, evidenciando-se para as despesas de Capital uma taxa de realização de 56,07% e para as despesas correntes uma correspondente taxa de 84,97%. Confrontando-se esta realização, conclui-se que esta diferença de graus de execução, tendo em atenção a regra do equilíbrio orçamental, teria que resultar uma Dívida de Curto Prazo, no exato valor dos encargos realizados e não pagos. Neste caso, o montante é de 219.768,64€.

DESPESAS	Realizado (1)	%	Pago (2)	%	Realizada e não Paga (3)=(1)-(2)
01 Despesas com o pessoal	3.169.555,16	31,11	3.167.553,91	31,80	2.001,25
02 Aquisição de bens e serviços	3.010.061,81	29,57	2.849.884,89	28,61	160.176,92
03 Juros e Outros Encargos	58.219,83	0,57	58.219,83	0,58	0,00
04 Transferências correntes	1.042.026,22	10,24	1.012.243,91	10,16	29.782,31
05 Subsídios	88.394,23	0,87	87.553,13	0,88	841,10
06 Outras Despesas Correntes	120.050,33	1,18	120.050,33	1,21	0,00
07 Aquisição de bens de capital	1.873.269,58	18,40	1.846.608,17	18,54	26.661,41
08 Transferências Capital	367.065,73	3,61	366.760,08	3,68	305,65
10 Passivos Financeiros	451.949,03	4,44	451.949,03	4,54	0,00
Total.....	10.180.591,92	100,00	9.960.823,28	100,00	219.768,64

4.3 Análise das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações, num horizonte móvel de 4 anos. São partes integrantes dos documentos de prestação de contas, o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimento e o Mapa Plurianual das Atividades Mais Relevantes.

Assim, nas Grandes Opções do Plano, constam para além das despesas de Investimento, as Transferências Correntes e de capital para as Juntas de Freguesia e outras despesas correntes que representam interesse e relevância para a autarquia.

O mapa que a seguir se apresenta, mostra a estrutura das Grandes Opções do Plano, por Objetivos, comparando-se os valores previsionais e os executados.

O valor inicialmente previsto, no ano em análise, para as Grandes Opções do Plano, totalizava 8.013.788,00€. Assim, pelo mecanismo das revisões e alterações orçamentais, houve uma aumento de dotações, perfazendo um total de Dotação definida para as Grandes Opções do Plano de 8.358.838,00€ a qual se concretizou num volume de pagamentos da ordem dos 5.286.068,57€.

Pela análise das Grandes Opções do Plano reportada ao final da Gerência de 2013, constata-se ainda que o valor orçamental utilizado no lançamento e desenvolvimento de iniciativas, foi da ordem de 5.584.715,53€, os quais originaram 5.473.154,48€ de encargos realizados, dos quais resultou um volume de encargos assumidos e não pagos no montante de 187.085,91€. Em termos de realizado, obtém-se uma taxa de execução Anual das GOP's de 66,82%.

Designação	Orçado	%	Comprometido	%	Realizado	%	Pago	%	Divida
FUNÇÕES GERAIS	2.769.998,00	33,14	1.403.414,85	25,13	1.381.785,28	25,25	1.321.723,22	25,00	60.062,06
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.923.698,00	23,01	1.101.173,10	19,72	1.091.780,66	19,95	1.039.390,60	19,66	52.390,06
PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCENDIOS	846.300,00	10,12	302.241,75	5,41	290.004,62	5,30	282.332,62	5,34	7.672,00
FUNÇÕES SOCIAIS	3.561.540,00	42,61	2.748.983,48	49,22	2.672.116,14	48,82	2.573.394,65	48,68	98.721,49
ENSINO NÃO SUPERIOR	623.900,00	7,46	565.560,62	10,13	552.447,40	10,09	548.749,48	10,38	3.697,92
SERVIÇOS AUXILIARES ENSINO	124.700,00	1,49	122.088,19	2,19	117.181,91	2,14	113.974,52	2,16	3.207,39
SAÚDE	116.840,00	1,40	116.840,00	2,09	116.840,00	2,13	116.840,00	2,21	0,00
AÇÃO SOCIAL	208.500,00	2,49	151.766,73	2,72	147.444,22	2,69	143.463,90	2,71	3.980,32
HABITAÇÃO	29.000,00	0,35	13.095,02	0,23	13.095,02	0,24	12.901,95	0,24	193,07
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	57.650,00	0,69	25.645,50	0,46	6.266,85	0,11	3.413,25	0,06	2.853,60
SANEAMENTO	332.000,00	3,97	285.882,56	5,12	285.882,56	5,22	271.600,84	5,14	14.281,72
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	581.850,00	6,96	528.056,01	9,46	527.911,52	9,65	501.598,71	9,49	26.312,81
RESÍDUOS SÓLIDOS	242.750,00	2,90	231.518,92	4,15	231.518,92	4,23	223.484,96	4,23	8.033,96
PROTEÇÃO MEIO E CONSERVAÇÃO NATUREZA	247.100,00	2,96	27.952,86	0,50	27.952,86	0,51	27.724,45	0,52	228,41
CULTURA	180.250,00	2,16	133.201,38	2,39	130.550,96	2,39	124.089,38	2,35	6.461,58
DESPORTO RECREIO E LAZER	817.000,00	9,77	547.375,69	9,80	515.023,92	9,41	485.553,21	9,19	29.470,71
FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.699.200,00	20,33	1.217.312,96	21,80	1.204.248,82	22,00	1.175.946,46	22,25	28.302,36
AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA CAÇA E PESCA	202.200,00	2,42	200.749,37	3,59	200.749,37	3,67	200.297,08	3,79	452,29
INDÚSTRIA E ENERGIA	659.700,00	7,89	475.542,33	8,52	465.300,12	8,50	465.300,12	8,80	0,00
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	664.500,00	7,95	445.103,34	7,97	442.281,41	8,08	439.046,07	8,31	3.235,34
MERCADOS E FEIRAS	77.700,00	0,93	40.901,19	0,73	40.901,19	0,75	38.436,07	0,73	2.465,12
TURISMO	95.100,00	1,14	55.016,73	0,99	55.016,73	1,01	32.867,12	0,62	22.149,61
OUTRAS FUNÇÕES	328.100,00	3,93	215.004,24	3,85	215.004,24	3,93	215.004,24	4,07	0,00
TRANSFERENCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	298.100,00	3,57	215.004,24	3,85	215.004,24	3,93	215.004,24	4,07	0,00
DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	30.000,00	0,36		0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL.....	8.358.838,00	99,64	5.584.715,53	100,00	5.473.154,48	100,00	5.286.068,57	100,00	187.085,91

4.4 Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoios Concedidos pela Autarquia

4.4.1 Enquadramento

As transferências durante o ano de 2013, constituíram uma importante fonte de despesa autárquica, revelando o acentuado intervencionismo do município com o objetivo de proporcionar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo e de ação social, assim como o apoio concedido aos munícipes carenciados, com o objetivo de criar melhores condições de habitabilidade. É ainda de realçar a concessão de bolsas de estudos aos alunos carenciados que frequentam os estabelecimentos de Ensino Superior.

O Processo de atribuição destes apoios tem sido objeto de enquadramento normativo interno, com o objetivo de subordinar a concessão dos subsídios aos princípios constitucionais de igualdade, de justiça, de proporcionalidade e imparcialidade, pretendendo garantir deste modo a sua transparência e objetividade.

4.4.2 Transferências por classificação económica

O atual classificador desagrega as transferências efetuadas pelo Município em três rubricas diferentes: 06 "Transferências Correntes"; 05 "Subsídios Concedidos" e 08 "Transferências de Capital". Em "Transferências Correntes" registaram-se todas aquelas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas Instituições Particulares, bem como as quotas respeitantes à inscrição em diversas associações com interesse Municipal, inscrevem-se também nesta rubrica as transferências para as Juntas de Freguesia.

Transferências de capital registaram-se todas as transferências que se destinaram a financiar as despesas de capital das unidades receptoras.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Transferências Concedidas	Despesa Orçada	Despesa Paga
Transferências Correntes	1.188.000,00	1.012.243,91
Socied. e quase socied. não financeira	10	
Estado	45.310,00	34.077,17
Fundos e Servios Autónomos	510,00	
Instituições s/ Fins Lucrativos	725.290,00	596.379,19
Administração Local	345.920,00	332.264,15
Famílias	70.960,00	49.523,40
Transferências de capital	535.610,00	366.760,08
Empresas Municipais/Intermunicipais	19.100,00	17.703,20
Administração Local	216.100,00	143.004,24
Instituições s/ Fins Lucrativos	300.400,00	206.052,64
Famílias	10,00	
Total.....	1.723.610,00	1.379.003,99

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

Tipo de Transferências	Freguesias	Orçamento Inicial	Pago
Correntes	Aljezur	18.000,00	20.188,17
	Bordeira	18.000,00	23.260,92
	Odeceixe	18.000,00	45.950,90
	Rogil	18.000,00	19.736,29
Capital	Aljezur	40.000,00	514,89
	Bordeira	40.000,00	10.197,84
	Odeceixe	40.000,00	95.995,99
	Rogil	40.000,00	36.295,52
Total		232.000,00	252.140,52

4.5 Dívida do Município**4.5.1 Análise da Dívida Direta do Município - Médio/Longo Prazo**

Associada à crescente intervenção social exigida aos Municípios devido não só ao alargamento das suas competências e atribuições, mas a uma capacidade mais interventora no desenvolvimento do município com o objetivo de proporcionar condições de incremento de sectores socio-económicos, cultural e desportivo, o endividamento autárquico começou a ser utilizado como recurso financeiro alternativo à insuficiência de receitas. Com uma utilização cada vez maior o recurso ao crédito público constitui uma medida de política económica autorizada por lei, dentro dos limites impostos e aplicados pelos Municípios para alcançar os níveis de investimento considerados desejados e aprovados por deliberação das respetivas Assembleias Municipais. Assim sendo, a necessidade de recurso ao endividamento autárquico está dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

A quantificação da dívida bancária nas suas diferentes finalidades, encontra-se apurada no mapa 8.3.6.1 do POCAL (empréstimos), e totalizava 4.495.389,46€, à data de 31 de Dezembro de 2013.

Durante a gerência de 2013 houve um encargo com juros de empréstimos a médio e longo prazo no valor de 57.313,13€. Quanto aos encargos com amortizações dos empréstimos a médio e longo prazo foram de 451.949,03€.

4.5.2 Endividamento Municipal

Após a análise que se acabou de apresentar acerca da dívida bancária, torna-se pertinente apurar qual a repercussão deste endividamento relativamente à capacidade legal de endividamento da autarquia.

Como se pode verificar pelo quadro que a seguir se apresenta, este limite foi respeitado na gerência em análise, de acordo com o artº 98º OE/2013.

	Divida a 31-12-2013
Passivo	
Empréstimos Contraídos (1)	4.495.389,46
Empréstimos Excluídos do Endividamento (2)	1.769.826,00
Total Divida Municipal Empréstimos (3) = (1)-(2)	2.725.563,46
Dividas a Fornecedores (4)	219.768,64
Dividas fornecedores Leasing (5)	23.872,57
Total dos Passivos (6)=(3)+(4)+(5)	2.969.204,67
Activo	
Saldo de Caixa (7)	1.266,95
Depósitos em Instituições Financeiras(8)	168.471,45
Créditos sobre Terceiros (9)	98.890,96
Total dos Activos (10) =(7)+(8)+(9)	268.629,36
Limite Endividamento Curto Prazo	2.019.738,00
Limite do Endividamento Médio Longo Prazo	6.219.296,00

Evolução da Divida ao longo dos últimos 4 anos.

Designação	2010	2011	2012	2013
Empréstimos	5.462.952,72	5.070.341,17	4.947.338,50	4.495.389,46
Fornecedores	1.048.839,23	646.538,23	409.037,29	219.768,64
Leasings	91.775,91	69.885,48	47.290,13	23.872,57
Total	6.603.567,86	5.786.764,88	5.403.665,92	4.739.030,67

5. DESEMPENHO ECONÓMICO - FINANCEIRO

O Balanço e a Demonstração de Resultados são os documentos que servem de base a uma análise económico-financeira, por corresponderem em termos quantitativos à estrutura de capitais e à forma como se processou a obtenção de resultados.

Há que ter em conta porém, que um único Balanço representa apenas a fotografia da autarquia num determinado momento e pouco ou nada nos diz sobre o seu passado. Torna-se então necessário a análise do Balanços e Contas de Resultados de anos anteriores para que possa permitir a comparação.

Outro método utilizado na análise financeira é o método dos indicadores ou rácios.

Muito embora o método dos rácios constitua precioso auxiliar de gestão para qualquer entidade, é conveniente acentuar que a sua utilização se deve fazer criteriosamente, tendo em conta a utilização de rácios padrão relativos ao sector.

5.1 Análise da Estrutura do Balanço

O Balanço apresenta a posição do Património da Autarquia referente ao enquadramento do exercício, estruturando-se através das massas Ativo e Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogêneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis custos diferidos,
- O Passivo reconhece as obrigações e os proveitos diferidos;
- Fundos próprios - é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

1 - O Balanço à data de 31/12/2013 evidenciava:

	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	2013
Total do Ativo	37.423.060,81	35.822.038,82	37.339.498,25	37.616.514,23
Fundos Próprios	18.028.405,45	17.342.838,02	18.971.241,03	19.578.451,11
Passivo	18.741.259,16	17.930.269,68	17.864.132,30	17.392.313,40
Resultado Líquido do Exercício	653.396,20	548.931,12	504.124,92	645.749,72

2 - A situação líquida do Balanço, não demonstra ainda a real situação líquida da autarquia, devido ao facto do valor das Contas da Classe 4 - Imobilizado - não apresentarem ainda a totalidade dos bens do ativo.

3 - Dívidas de Terceiros - Curto Prazo: A Conta 212, 213 e 218 apresentam o valor da dívida dos nossos utentes, ou seja a receita que se encontra por cobrar no final do exercício conforme a seguir se discrimina;

Natureza	Valor (€)
Água	58.487,70
Resíduos Sólidos	29.492,44
Trab. Conta Particulares	5.134,69
Rendas - Hab. E Outros Edifícios	816,91
Saneamento	4.959,22
Total.....	98.890,96

4 - Disponibilidades: A Conta 12 (Depósitos em Instituições Financeiras), apresenta um saldo global de 360.679,44€ a conta 11 (Caixa) é de 1.266.95€.

5 - Acréscimos e Diferimentos: A Conta 271 (Acréscimos de Proveitos) refere-se a dívidas de Terceiros, originando Acréscimos de proveitos no valor de 309.868,89€, os quais se encontram a seguir discriminados:

Natureza	Entidade	Valor (€)
Juros de Depósitos	Caixa Geral Depósitos/Banco BPI	38,54
Imposto Único de Circulação	Autoridade Tributária	11.593,33
Imposto Municipal s/Transações Onerosas Imóveis	Autoridade Tributária	241.289,39
Imposto Municipal sobre Imóveis	Autoridade Tributária	34.398,20
Rendas de Parques Eólicos	ENERNOVA e SEE	22.549,43
Total.....		309.868,89

6 - A conta 272 Custo diferidos - Compreende os custos que foram contabilizados neste exercício, mas que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ou seja os que constam do mapa seguinte.

Origem	Valor (€)
Custos diferidos	44.056,19
Seguros	37.019,90
Seguros Acidentes Trabalho Doenças Profissionais	1.856,82
Outros Custos Diferidos	5.179,47

7 - Quanto ao Passivo: Apresenta as dívidas a médio e longo prazo, onde evidencia na Conta 2312 (Dívidas a Instituições de Crédito), uma dívida no valor de 4.495.389,46€ ou seja, o capital em dívida à data de 31 de Dezembro de 2013, referente aos empréstimos contraídos pela Autarquia;

8 - Dívidas a Terceiros - Curto Prazo: Esta classe engloba as operações derivadas da relação de terceiros, referentes a fornecedores de bens, serviços e imobilizado, bem como as contas referentes a cauções prestadas por terceiros, a fim de garantir o normal cumprimento de contratos de Empreitada de Obras Públicas e Fornecimentos, assim como os valores retidos para entrega ao Estado e outros entes públicos o que corresponde a uma dívida de 435.849,20€, conforme vem discriminado no mapa de prestação de contas - Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros.

9 - Acréscimos e Diferimentos: Quanto à Conta 273 (Acréscimo de Custos), no mapa a seguir apresenta-se a sua origem:

Origem	Valor (€)
Acréscimos de custos	41.506,94
Juros a liquidar	5.269,06
Outros acréscimos de custos	36.237,88

10 - A conta 274 "Proveitos Diferidos" compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes apresenta um saldo de 12.419.567,80€. Estando a Conta 2745 "Subsídios para Investimentos"-desdobrada da seguinte forma:

Finalidade	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	TOTAL
Proveitos diferidos	12.124.791,73	475.361,71	207.911,64	12.419.567,80
Construção da Extensão de Saúde de Rogil	91.243,96		1.341,82	89.902,14
Apetrechamento do Jardim de Infância de Rogil	4.597,66			4.597,66
Apetrechamento do Jardim de Infância de Aljezur	4.370,23			4.370,23
Abastecimento Água Zona Oeste e Zona Sul (ICN)	142.728,52			142.728,52
Construção Museu do Mar na Carrapateira	274.273,83		25.459,41	248.814,42
Construção Mercado de Maria Vinagre	184.490,81		8.532,33	175.958,48
Construção da Zona Industrial da Feiteirinha	1.479.594,32		21.267,66	1.458.326,66
Construção Estrada Acesso a Praia de Odeceixe	199.335,44		19.933,63	179.401,81
Estrada Carrascalinho/Priorado - Maria Vinagre	404.847,51			404.847,51
Req.Urb Igreja Nova- Largo 1º de Maio	99.212,62		1.439,32	97.773,30
Qualificação urbana do Rogil	174.521,08		14.538,62	159.982,46
Qualificação Urbana da Cruz	107.190,41		11.198,55	95.991,86
Tratamento de Águas Residuais	97.144,72			97.144,72
Construção Arrecadações Pescadores Arrifana	361.136,18		6.573,63	354.562,55
Fundo de Solidariedade (Prejuízos Fogos)	728.326,37			728.326,37
Centro Escolar do Rogil	169.943,67		2.331,05	167.612,62
Portinho da Carrapateira/MARIS	29.577,99			29.577,99
POAGRIS - Acção 8 Algarve	74.948,25			74.948,25
Inf Subterrânea da Estrada da Arrifana	20.469,03			20.469,03
Renovação Urbana de Odeceixe	619.720,67			619.720,67
Centro Social e Recreativo do Serominheiro	28.525,62		440,27	28.085,35
Melhoramentos do Polidesportivo da Carrapateira	29.364,39			29.364,39
Centro Social e Recreativo das Alfombras	25.690,00			25.690,00
Electrificação - Portinho da Carrapateira	96.789,74			96.789,74
Portinho da Arrifana	919.126,04			919.126,04
Requalificação da Av. General Humberto Delgado	68.848,68			68.848,68
Intercepção aguas Res. Alj.Arrif.(Rede Esgotos Arrifana)	310.472,91		15.253,59	295.219,32
Piscina Municipal de Aljezur	1.131.623,20			1.131.623,20
Requalificação Urbana da Carrapateira	534.755,23			534.755,23
Centro Escolar de Odeceixe	179.358,69		3.102,02	176.256,67
Construção Parque de Feiras e Exposições	646.470,28		43.095,47	603.374,81
Campo de Futebol Municipal	209.957,74		14.836,29	195.121,45
Reorden.Estac.Praia Amoreira e Ac.Ribeira Aljezur 1.2	270.321,18		18.021,49	252.299,69
Intervenção Dunar Odeceixe	18.700,76			18.700,76
Ordenamento Pontal da Carrapateira	659.476,65			659.476,65
Ampliação Rede de Abastecimento de Água Zona Norte	528.013,10			528.013,10
Projecto Cartografia Vectorial	25.069,12			25.069,12
Construção/Apetrachamento Jardim Inf.Odeceixe	39.289,27		546,49	38.742,78
Reparação da Estrada Aljezur/Marmeleite	819.242,69	92.179,28		911.421,97
Circuito Ambiental - IFAP	78.181,93			78.181,93
Forn/Mont. Inst. Utilização ARR. Pes.Carrapateira	22.532,08			22.532,08
Apetrechamento Escolas Primárias Concelho	3.837,60	4.365,27		8.202,87
Equipamento Estratégico Protecção Civil	37.221,56			37.221,56
Comp. Na Ampliação da Escola EBI/JI de Aljezur	174.250,00	199.002,00		373.252,00
Coletes para Pescadores		3.120,00		3.120,00
Simplex Autárquico-CRM		176.695,16		176.695,16
Inst.Reg.Fluxos Luminosos/eficiência Energ.I.Pública		27.326,00		27.326,00

5.2 Análise da Demonstração de Resultados

5.2.1 Demonstração de Resultados:

Descrição	Valor (€)
Resultados Operacionais	90.513,03
Resultados Financeiros	667.753,75
Resultados Correntes	758.266,78
Resultado Líquido do Exercício	645.749,72

A demonstração de resultados apresenta os custos e proveitos classificados por natureza, sendo os resultados classificados em correntes e extraordinários.

A Demonstração de Resultados é um mapa financeiro que apresenta os resultados económicos das operações de uma entidade durante um determinado período de tempo. A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o princípio da especialização do exercício (os custos e os proveitos são reconhecidos no ano económico a que respeitam independentemente do seu pagamento ou recebimento).

Verificando-se um total de custos no montante de 8.689.214,05€ e de proveitos no valor de 9.334.963,77€, temos pois, um resultado líquido positivo de 645.749,72€.

5.2.2 Proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício

Conforme estipula o ponto 2.7.3 do POCAL, compete ao Órgão Executivo apresentar ao Órgão Deliberativo uma proposta devidamente fundamentada para aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

A aplicação do Resultado Líquido do Exercício pode ser efetuada da seguinte forma:

- Para reforço do “Património” até que o valor contabilístico deste corresponda a 20% do valor do Ativo líquido.
- Constituição de reforço anual de “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Conscientes de que as demonstrações financeiras, ainda não traduzem uma imagem verdadeira da situação patrimonial do Município, não obstante este facto, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício, cujo valor é de 645.749,72€, da seguinte forma:

- Reforço do Património (conta 51) até ao valor de 7.523.302,85€, representado assim 20% do valor do ativo líquido, o mesmo não deverá ser reforçado atendendo a que já apresenta um valor superior (9.502.706,98€).
- Constituição de Reservas Legais, 5% do resultado líquido do exercício (conta 571) no valor de 32.287,49€.
- A parte restante com o saldo no valor de 613.462,23€ será transferida para resultados transitados.

O Presente relatório foi apreciado em reunião da Câmara Municipal de Aljezur realizada em 22 de Abril de 2014.

O Presidente

Os Vereadores

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O Relatório de Gestão que antecede mereceu a apreciação da Assembleia Municipal de Aljezur em sua sessão ordinária do dia 30 de Abril de 2014, pelo que os seus membros abaixo o assinam.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário

